



## Fiesp e Ciesp realizam 19ª Semana de Meio Ambiente

“A Fiesp está totalmente empenhada no apoio à sustentabilidade” afirmou Paulo Skaf no dia do meio ambiente, em evento que inaugurou as atividades da 19ª Semana de Meio Ambiente, promovida pela Fiesp e pelo Ciesp. A Semana de Meio Ambiente reuniu especialistas do setor para debater questões como código florestal, perdas de água nos sistemas de distribuição, vulnerabilidade hídrica, economia circular, gestão de resíduos sólidos e gestão empresarial. Para completar a programação, ocorreu também a cerimônia do 23º Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental. A premiação reconheceu as boas práticas da indústria em ações sustentáveis como redução de consumo e reúso de materiais e recursos naturais. Veja os principais destaques dos eventos ocorridos. **Pág. 02**

### Destaques dessa edição

#### Principais destaques da 19ª Semana de Meio Ambiente

Pág. 2

#### Fiesp debate segurança hídrica do Estado de São Paulo para o período de seca

Pág. 12

#### Câmara Ambiental debate, na Fiesp, áreas contaminadas e licenciamento ambiental

Pág. 13

#### Menos burocracia e maior agilidade com as novas regras para obtenção de outorga

Pág. 14

#### Nova seção: contribuição do setor produtivo paulista para o alcance dos ODS

Pág. 16

#### Consulta pública: enquadramento de Atividades Potencialmente Poluidoras - CTF/Ibama

Pág. 20

**No radar**



Pág. 18

**Avisos**



Pág. 20

**Diplomas recentes**



Pág. 21

**Monitore**



Pág. 25

## Semana de Meio Ambiente

# dia 05 "A FIESP está totalmente empenhada no apoio à sustentabilidade", diz Skaf no dia do meio ambiente

Como prova de seu empenho em nome da sustentabilidade, a Fiesp realizou, na manhã de 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, a 80ª Reunião Conjunta do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema), Conselho Superior de infraestrutura (Coinfra) e Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) da Federação.

"A Fiesp está totalmente empenhada no apoio à sustentabilidade" afirmou o Presidente Paulo Skaf na abertura da reunião. Exemplificou ainda a atenção que é dada a questões como os biocombustíveis, com maior uso do etanol."

Para o presidente do Cosag, Jacyr Costa "Donald Trump deu um passo para trás em

relação ao meio ambiente, mas outros países importantes reiteraram seus compromissos, como a China e vários outros da Europa", disse, numa referência à decisão norte-americana de sair do Acordo de Paris.

Walter Lazzarini, presidente do Cosema, enfatizou a importância da reunião conjunta dos três Conselhos uma vez que o desenvolvimento sustentável é transversal.

Entre as autoridades presentes, esteve o ex-ministro Aldo Rebelo, relator do projeto da reforma do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Ao falar sobre os cinco anos do novo Código, Rebelo enfatizou que "trabalhadores e produtores cabem unidos num Brasil com riqueza material e sustentabilidade".

O vice-prefeito de São Paulo, Bruno Covas, e o secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Arnaldo Jardim, também participaram da reunião conjunta. "Estamos à disposição", disse Covas. "Devemos seguir uma linha de conduta em nome da sustentabilidade", destacou Jardim. "Um protagonismo que deve ter São Paulo", explicou.

Também foi pauta da reunião o Programa RenovaBio, do governo federal. Márcio Félix Carvalho Bezerra, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério das Minas e Energia, explicou que a ação foi criada para expandir a produção de biocombustíveis no Brasil, com a definição de diretrizes estratégicas nesse sentido. "Somos saudados como lideranças nesse campo", afirmou.

Plínio Nastari, representante no Conselho Nacional de Política Energética do Ministério das Minas e Energia, complementou traçando um panorama nacional e mundial em relação ao uso de energias renováveis. "Somos o segundo maior produtor mundial de etanol, o primeiro lugar é dos Estados Unidos." Nesse contexto, se insere o RenovaBio. "O programa visa dar credibilidade e favorecer a rentabilidade para estimular a produção das energias renováveis", disse. "E isso buscando um tratamento de equidade entre todos os agentes envolvidos, sempre focando a sustentabilidade."

Agência Indusnet Fiesp- editado.



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

## Seminário na FIESP mostra que perda de águas nos sistemas de abastecimento ainda é realidade

dia  
06



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

Monica Porto, Secretária Adjunta de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo enfatizou que o conceito de perdas hídricas é complexo e é preciso equilíbrio para lidar com todos os desafios que cercam o tema, dentre eles as perdas físicas, as não contabilizadas e a substituição de tubulações muito antigas.

Sérgio Ayrimoraes, superintendente de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), ressaltou os desafios da diversidade do território, com precipitações extremas e secas, e concentração de demanda em áreas urbanas, gerando pressão sobre os recursos hídricos, fato aliado aos baixos

investimentos em infraestrutura. Além disso, 70% dos municípios não contam com tratamento, o que os leva a buscarem água em mananciais cada vez mais longe.

Nesse sentido, Alceu Galvão do Instituto Trata Brasil, ressaltou que os planos de saneamento básico e recursos hídricos não estão integrados como deveriam e indicou as dificuldades encontradas em termos nacionais com a adoção de indicadores diferenciados: “há a necessidade de uniformizá-los, integrando as bases de dados e compatibilizar planos de bacias e recursos hídricos e saneamento”, informou.

Na ocasião foi lançado o estudo “Perdas de Água nos Sistemas de Distribuição como Agravante à Vulnerabilidade das Bacias Hidrográficas”, apresentado por André Oliveira, presidente do Comitê Brasileiro do Pacto Global. Trata-se de um estudo desenvolvido pelo Movimento Menos Perda, Mais Água, para conscientizar a população e aumentar a eficiência até 2030, atendendo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). A perda de 37% da água na distribuição representa R\$ 8 bilhões que seguem para o ralo literalmente, ou o desperdício equivalente de 6 sistemas Cantareira que atenderiam a 12 milhões de habitantes/ano.

“Um real investido em água poupa quatro reais na saúde pública”, alertou Oliveira. Para ilustrar esse atraso histórico, são 34 milhões de brasileiros sem acesso à água tratada e 50% da população sem coleta de esgoto.

Agência Indusnet Fiesp-editado

## Seminário de economia circular - um modelo de economia ambiental

A economia circular, tema do seminário, é uma nova tendência mundial que propõe uma alteração nos modelos de fabricação e na forma de consumir produtos e serviços. Nesse contexto, Antonio Velloso, Secretário Adjunto de Meio Ambiente, enfatizou a importância da aproximação dos diversos atores para que sejam tomadas ações efetivas, viabilizando a superação dos desafios com relação à gestão de resíduos sólidos do Estado.

Arnaldo Jardim, Secretário da Agricultura, enfatizou que a logística reversa é uma demonstração de aplicação do conceito de economia circular.

Luiza Santiago, da Fundação Ellen MacArthur, debateu os desafios do setor produtivo quanto a economia circular, destacando o redesenho de processos para diminuição de perdas, a crescente urbanização das cidades e alguns cases de empresas para ilustrar as novas tendências de mercado segundo modelos não lineares de economia.

Guilherme Brammer, da Boomera, complementou falando sobre a vida útil dos produtos, a desoneração da reciclagem e a mudança de modelo de negócios de empresas que passaram a vender o serviço e não mais o produto. Carlos Roberto da Silva Filho vice presidente da International Solid Waste Association, falou sobre tendências de produção e consumo que começam a surgir com as inovações tecnológicas que estão se concretizando e seus impactos na gestão de resíduos.



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

## Solenidade de entrega da 23ª Edição do Prêmio de Mérito Ambiental



Foto: Everton Amaro/Fiesp

Promovido anualmente, desde 1995, o Prêmio de Mérito Ambiental tem o objetivo de incentivar as empresas a desenvolver boas práticas, respeitando o meio ambiente. Trata-se de uma forma de reconhecer o trabalho desenvolvido pelas indústrias que se destacaram na implementação de projetos ambientais.

Em 2017, foram inscritos 52 projetos que contemplaram um ou mais dos seguintes temas: gestão ambiental, eficiência energética, educação ambiental, gestão de resíduos, gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE), gestão de emissões atmosféricas, construção sustentável, mudanças

climáticas, recuperação de áreas degradadas, remediação de áreas contaminadas, soluções sustentáveis e responsabilidade socioambiental.

No conjunto dos projetos, obteve-se a redução de 430 mil toneladas de insumos e matérias-primas, uma economia equivalente a 8,6 milhões de sacos de cimento. Outro benefício alcançado foi o não-envio para aterros sanitários de 25 milhões de toneladas, que se traduz em mais de 3 milhões de caminhões compactadores. Com esses projetos, foram engajadas e impactadas mais de 1,3 milhão de pessoas e foram plantadas quatro vezes a quantidade de árvores existentes no Parque Ibirapuera". Compuseram a comissão julgadora do Prêmio representantes da OAB/SP, USP, Unesp, Unicamp, ABNT, Senai, Cetesb, IPT, Revista Meio Ambiente, ANA e Ibama.



Comissão julgadora do Prêmio Mérito Ambiental

Conheça os projetos vencedores:

## Categoria empresas de grande porte:

**Vencedora: Sinctronics**

**Projeto: Extração de matéria-prima a partir de produtos pós-consumo: tecnologia e inovação a serviço do meio ambiente.**

Com o objetivo de identificar nova destinação aos resíduos eletrônicos, a fim de transformá-los em novo produto, o conceito dentro da planta industrial começou a ser amadurecido desde 2010, e até a fabricação propriamente dita de um novo produto foi preciso apostar no desenvolvimento de máquinas e na compra de outras. A Sinctronics surgiu em 2013 a fim de dar destinação ao resíduo eletroeletrônico, como uma unidade de negócios da Flex Brasil, com atividades em mais de 30 países e 3 unidades no Brasil.

O projeto inclui coleta, processamento e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos, fechando o ciclo de vida

do produto, migrando da transição linear para o modelo circular, com sistema próprio de gerenciamento, que permite acompanhar os equipamentos do local de coleta até a entrada na fábrica, onde são reciclados e apenas 4% são utilizados na geração de energia. O projeto atende à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e é desenvolvido em harmonia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

A malha logística atende a 100% do território nacional, com mais de 400 pontos fixos, com saldo de mais de 10.000 coletas realizadas ao ano. São processadas e gerenciadas 1.700 toneladas de resíduos eletroeletrônicos ao ano, dos quais 257 toneladas são compostas por plásticos que retornam como resina plástica reciclada. Essas resinas são totalmente aproveitadas na fabricação de partes e peças de produtos novos, como gabinetes, partes internas e alças de embalagens.

O desafio foi viabilizar o processo e tecnologia que permitissem recuperar os diversos tipos de plásticos utilizados e transformá-los em resina reciclada. Superada essa barreira técnica, o preço da resina reciclada tornou-se competitivo em relação à resina virgem. Essa resina ganhou marca própria, e seu diferencial é o apelo da economia circular com os dizeres na embalagem “Powered by circular economy”, um caso de sucesso que fecha o ciclo no setor eletroeletrônico: economia energética e menor emissão de carbono.

Uma vez que o processo tem como princípio inserir resíduos eletroeletrônicos na cadeia produtiva, isso proporciona uma economia energética significativa e, portanto, menor emissão de carbono. Com o processo implantado e consolidado em 2014, foi possível apurar uma redução das emissões de carbono na ordem de 284 toneladas de carbono equivalente (CO<sub>2</sub>eq) ano, segundo estudos realizados pela Universidade de São Carlos.



### Menções honrosas:

**Novelis do Brasil** – Ruptura de paradigmas: gestão sustentável de resíduos na unidade da Novelis em Pindamonhangaba (SP).

**CP Kelco Brasil** – Braspolpa – alimento sustentável para animais

**Eaton** – Zero resíduos para aterro sanitário (unidade de Mogi Mirim)

**Ambev** – Caminhos para construir um mundo melhor: ecoeficiência na Cervejaria Agudos

## Categoria empresas de micro e pequeno porte:

**Vencedora: Brulim Comércio de Produtos Odontológicos**

**Projeto: Ecoinovação de produtos de processo em indústria de gesso.**



O objetivo do projeto foi apresentar ações de produção mais limpa tomadas em uma indústria de transformação mineral, a Ortho Gesso, como estudo de caso, uma MPE que industrializa gipsita (minério) para fins ortodônticos.

Após análise, foram identificadas falhas na cadeia produtiva relacionadas ao desperdício de recursos e alta geração de resíduos. Por meio de inovação de produto e melhorias de processo, a empresa aumentou em 6% a eficiência de consumo do recurso natural gesso, o que reduziu os riscos ambientais inerentes à geração de resíduos e possibilitou um aumento de faturamento de 27%. Na avaliação da empresa, gerar menos resíduos significa melhor utilização de insumos, e a

transformação de resíduo em produto tem vantagens ambientais e econômicas.

O gesso produzido pela Ortho passa por peneiramento para elevar a qualidade do produto a fim de retirar resíduos (argila e grãos que não são cozidos) que somam 3% da matéria-prima e eram destinados ao descarte final. Outro momento de desperdício – por se tratar de pó de fácil dispersão – se refere ao gesso que se deposita fora do recipiente adequado e que somava 10% da matéria-prima peneirada.

Para evitar a perda de um recurso natural finito, foi realizado o treinamento dos colaboradores e a padronização do processo manual de peneiramento, além da adequação do local onde isso era feito para que fosse possível centralizar ainda mais o material peneirado. Essas ações tiveram como resultado redução de 50% do material perdido no peneiramento: era de 1 kg a cada 10 kg e foi reduzido para meio quilo. E, ainda, eliminando-se o acondicionamento intermediário, e realizando o ensaque final, a dissipação do produto, 1%, foi eliminada. Após as ecoinovações, o aproveitamento do lote aumentou de 86% para 92%, mantendo apenas os 3% de impurezas.

### Menções honrosas:

**GEDI** – Desenvolvimento e Inovação – CarbonZ – aplicativo de celulares para o cálculo de pegada de carbono e neutralização através do plantio de árvores em áreas degradadas

**SP Pesquisa e Tecnologia** – Desenvolvimento de Reatores de Pirólise de processo contínuo para transformação de resíduos e aplicação sustentável dos produtos gerados na indústria de borracha e no agronegócio

**Commerciale Indústria e Comércio de Equipamentos Elétricos** – Lavador Automático

**Eccaplan consultoria em desenvolvimento sustentável** – Campanha Sou Resíduo Zero

## Categoria responsabilidade social:

**Destaque: Tetra Pak**

**Projeto: Cuidando do futuro**

Lançado em 2014 com o objetivo de desenvolver líderes que possam gerir as cooperativas de catadores de materiais recicláveis no Brasil. A estratégia foi promover reuniões presenciais com consultores especializados na formação de liderança corporativa para que os integrantes conheçam o papel do gestor, o processo de tomada de decisão em grupo e até como identificar sucessores.

A partir desse projeto, a empresa atingiu 23% da taxa de reciclagem de suas embalagens pós-consumo. Como resultado, desde 2014 o projeto já capacitou 105 lideranças de 23 cooperativas de 13 municípios do Estado de São Paulo. A meta é expandir a iniciativa para outras regiões do Brasil.

A ideia do projeto surgiu em função da necessidade de fortalecer as cooperativas de catadores, preparando-as para enfrentar as fortes demandas em função do crescimento da cadeia de reciclagem. A iniciativa faz parte das ações da Tetra Pak que é líder mundial em soluções para processamento e envase de alimentos, e todas as embalagens da companhia, compostas por camadas de papel, plástico e alumínio são 100% recicláveis.



### Destaques por indicadores:

**Votorantim Cimentos** – Abrangência, penetração e capacidade de mobilização

**AES Eletropaulo** – Impacto positivo gerado

**Visafértil Indústria e Comércio de Fertilizante Orgânico** – Regularidade

**Concessionária Auto Raposo Tavares** – Alinhamento ao negócio

**Sindicato das Indústrias da Construção do Mobiliário e de Cerâmicas** – Inovação e criatividade

**Copastur Viagens e Turismo** – Indicadores de gestão e acompanhamento de resultados



**Clique no link**

Para saber mais sobre os projetos

<http://hotsite.fiesp.com.br/meritoambiental/2017/cd/>

# FIESP e CIESP assinam protocolos para iniciativas de logística reversa

dia  
07

Acordos envolvem Cetesb, Secretaria do Meio Ambiente e empresas especializadas em resíduos sólidos

Durante a abertura do Seminário sobre os desafios da gestão de resíduos sólidos, foi assinado um protocolo de intenções entre a Fiesp, o Ciesp, a secretaria do Estado de Meio Ambiente e Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), visando à parcerias que envolvam as questões de logística reversa.

Ao longo do seminário também foram assinados outros três termos de cooperação ligados à logística reversa:

- um entre Fiesp, Ciesp, Abrelpe e Eppo;
- outro entre Fiesp, Ciesp e CSO Ambiental;
- e o terceiro, entre Fiesp, Ciesp, Abinee e Green Eletron.

Os termos de cooperação preveem a implementação e operacionalização de projeto piloto de logística reversa de embalagens de produtos após o uso pelo consumidor nos municípios de atuação da Eppo e da CSO.

Segundo Nelson Reis, diretor do DMA, a Fiesp está profundamente envolvida na discussão de resíduos sólidos. Houve ao longo de 20 anos um forte engajamento do setor privado no debate do tema. As obrigações impostas a milhares de pequenas empresas no Brasil em relação às embalagens de seus produtos inspiraram o piloto. "É um marco, porque saímos do campo das discussões para algo mais concreto, mais real."

Ricardo Salles, secretário de Estado do Meio Ambiente, avaliou que o tema dos resíduos é uma das grandes prioridades da gestão estadual. "Somos o Estado mais rico do Brasil, mas enfrentamos a existência de lixões muito degradantes", lamentou. Para ele, o problema também possui um caráter social, pois muitas pessoas tiram sua subsistência do processo de reciclagem.

Carlos Roberto dos Santos, presidente da Cetesb, ressaltou o papel da Fiesp na discussão do tema. Gabriela Sartini, da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), falou sobre os desafios para a gestão de resíduos sólidos urbanos e apresentou possíveis caminhos para a implementação e financiamento dos projetos de resíduos sólidos urbanos.

Carlos Roberto da Silva Filho, presidente da Abrelpe, destacou que não haverá no raio da Região Metropolitana de São Paulo espaço para um novo aterro quando a capacidade atual estiver esgotada e frisou que os objetivos do milênio só serão atingidos por meio de parcerias.

Sergio Forini, diretor de Controle Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo, explicou que houve uma mudança muito grande da secretaria, objetivando criar ações de longo prazo com uma seção dedicada a resíduos sólidos.

Trazendo as ações da Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura de São Paulo, Marcos Penido afirmou que a administração municipal está totalmente comprometida com a estratégia de traçar parcerias para resolver as dificuldades enfrentadas pelo segmento de reciclagem. "Além das leis, queremos dar respostas e ações objetivas para a questão ambiental, que abrange um ciclo muito grande de participantes", defendeu, "o lixo, é fonte inesgotável de empregos. Além disso, é possível gerar receita a partir dele", destacou.

Para ilustrar os debates, Suzane de Souza Gomes, gerente de Desenvolvimento da Corpus Saneamento e Obras, destacou inovações promovidas pela empresa, como o ecoponto móvel, empregado para fins didáticos e a implementação de coleta 100% mecanizada, em que um sistema de medição envia um aviso quando a lotação fica completa, e só então um caminhão vai esvaziá-lo, reduzindo o número de viagens.

Outro case foi apresentado por Rodrigo Ventri, diretor do grupo Eppo, que explicou contratos de parceria público-privada (PPP) para gestão de resíduos sólidos em Itu e Cabreúva. Destacou o papel das secretarias de meio ambiente nos projetos, que incluem programas de educação ambiental.



## Economia circular e logística reversa: pontos de atenção para a indústria

Para, Nelson Pereira dos Reis, vice-presidente da Fiesp e diretor do DMA “o setor industrial está gradualmente se estruturando para enfrentar esse enorme desafio que implica em uma mudança estrutural dos sistemas de produção até então vigentes para enfrentar esse novo ciclo da chamada economia circular. Certamente toda mudança dessa natureza requer aprendizado e tempo para correção e adaptação para alcançar os resultados esperados”, disse, ao abrir o Seminário Logística Reversa como instrumento da economia circular.



Humberto Barbato, presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), apresentou a Green Electron, criada para gerenciar a Logística Reversa do setor, atendendo à legislação e destinação ambientalmente correta. A iniciativa já conta com a adesão da Apple, Asus, Epson, Embraco, Flextronics, Motorola, Dell, HP, Lenovo, Positivo e Samsung,

De acordo com Barbato, foi dado início ao projeto piloto “**descart green**”, que servirá de base para assinatura de Termo de Compromisso estadual e do Acordo Setorial Federal.

Fabício Soler, da Felsberg Advogados, complementou o debate lembrando que a economia circular consiste em ciclo de desenvolvimento positivo contínuo que preserva e aprimora o capital natural, otimiza a produção de recursos e minimiza riscos sistêmicos administrando estoques finitos e fluxos renováveis. Ressaltou a necessidade de assegurar o envolvimento de todos os agentes da cadeia – fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos – e consolidar as normas, uma vez que a Lei n. 12.305, da Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê a responsabilidade compartilhada dos resíduos. Enfatizou ainda que é essencial estabelecer incentivos fiscais.

Também integraram o debate Flávio Miranda, da Cetesb, e tratando da gestão de eletroeletrônicos, João Carlos Redondo (Green Eletron/Abinee).

Trazendo exemplos práticos para o seminário, Marcelo Souza fez a apresentação de case das Indústrias Fox – Reciclagem e Proteção ao Clima, que dá destinação a aparelhos de refrigeração. Explicou como se trata o gás refrigerante existente na geladeira e a destinação dada para a lâ de vidro (passa a compor peças de dry wall) e ao plástico.

Na sequência, João Carlos Basílio, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC) apresentou o programa “**Dê a mão para o futuro**” e seu sistema de indicadores online e frisou que “trata-se de uma fase de repensar a embalagem na economia circular”.

Ainda ilustrando os debates, a Plataforma Verde foi apresentada por Chicky Sousa (Greening Sustainable Solutions), explicando a complexidade de toda a cadeia envolvida. “Trata-se da primeira rede mundial de blockchain [sistema garantidor de segurança nas operações realizadas com criptomoedas] para gerenciamento de dados”, afirmou Sousa.

Por fim, outro case foi apresentado por Carlos Ohde, diretor da Sintronics, o projeto Extração de matéria-prima a partir de produtos pós-consumo: tecnologia e inovação a serviço do meio ambiente. “Faz parte da empresa transformar resíduos em novo produto”, finalizou.

Agência Indusnet Fiesp- editado.

## Gestão empresarial, sustentabilidade e seus desafios

“Não se pode mudar o que não se conhece e é fundamental compartilhar esse conhecimento com as micro e pequenas empresas. Os aspectos globais têm impacto nos negócios locais e é preciso traduzir esses conceitos”, disse Marlúcio de Souza Borges, diretor titular adjunto do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp na abertura do evento.

As empresas enfrentam, em termos de meio ambiente, excesso de burocracia, que não facilita o desenvolvimento sustentável, pois as normas estão voltadas para a fiscalização e a penalização, repercutiu Walter Lazzarini Filho, presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp (Cosema). Ao citar o Fórum Econômico Mundial,

Lazzarini lembrou o alto peso da carga tributária, da ordem de 36% do PIB nacional, o que leva as empresas a dispendem 2.600 horas por ano somente para o pagamento de impostos.

Arlindo Philippi Jr do Instituto de Estudos Avançados & Faculdade de Saúde Pública-USP, defendeu que a sustentabilidade guarda relação direta com a própria sustentabilidade industrial. Ele criticou a decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que rompeu com o acordo climático global, mas tal fato não encontrou ressonância nas empresas lá instaladas, que se comprometeram a dar continuidade ao pacto.

Aron Belink (FGV EAESP), defendeu a precificação do carbono em torno das opções estratégicas para o controle da mudança climática e Gabriel Petrus (diretor-executivo do ICC Brasil) defendeu as políticas públicas para que se estabeleça uma economia verde, pois o setor corporativo abraçou a causa.

Na opinião de Sônia Karin Chapman (diretora da Chapman Consulting), é preciso reaprender a fazer negócios e consumir conscientemente, explicando também que só se consegue gerenciar o que é possível mensurar.

A Ambev trouxe seu exemplo: reaproveita 99% de seus resíduos, gerando ganhos em termos econômicos, enfatizou Beatriz Oliveira, gerente corporativa, que explicou a preocupação com o redesenho de embalagens e a redução do pós-consumo, a preocupação com as energias renováveis e alterações climáticas.

Marcelo Drügg Barreto Vianna (docente MBA de Gerenciamento de Facilites da Poli-USP), tratou da gestão da sustentabilidade e do risco com maior ênfase nos processos de conscientização, capacitação e educação. “A governança é aderente ao princípio da precaução”, disse, visão coincidente com a da procuradora Sandra Akemi Shimada Kishi (da procuradoria regional da República da 3ª região).

Kishi está à frente do projeto Qualidade e conexão água do Ministério Público Federal. “A crise hídrica não acabou. A água permeia todos os ODS”, disse. Ao tratar da hipervulnerabilidade atual, afirmou que houve um retrocesso e há uma relação intrínseca entre Lei Anti-Corrupção e gestão. É preciso facilitar o processo de informação, incrementar a transparência que é, inclusive, uma previsão legal, e o regime de integridade é exigência da lei.

Agência Indusnet Fiesp – editado.



## **FIESP e CIESP encerram Semana do Meio Ambiente com discussão sobre os ODS da ONU**

Seminário trouxe a discussão sobre as indústrias e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, os ODS. O tema foi apresentado com o intuito de compartilhar perspectivas do setor industrial brasileiro em relação aos objetivos, além de promover o envolvimento das empresas brasileiras e apontar os possíveis caminhos para o cumprimento da Agenda 2030, fundamental para a prosperidade das pessoas e do planeta.

Para Grácia Fragalá, diretora titular do Comitê de Responsabilidade Social da Fiesp (Cores), o evento objetivou abordar um dos principais debates do século. “Olhando para cada um destes objetivos, observamos que esta agenda inclui os grandes desafios que a sociedade global enfrenta”, completou Grácia.

O vice-presidente do Ciesp e presidente da ABIT/Sinditêxtil-SP, Rafael Cervone, comentou sobre a evolução que o setor industrial tem vivido nos últimos anos. “Quando comecei na indústria nos anos 80 vi uma realidade, uma consciência e um comprometimento diferente do que é hoje.” disse. Cervone lembrou que 10 anos atrás, para produzir um quilo de tecido denim para calça jeans era necessário usar 100 litros de água. “Hoje usamos 7 litros e fazemos o acabamento a laser”, afirmou.

“Mais do que conhecer as metas e os objetivos, é importante que coloquemos tudo isso em prática. Para o diretor de Responsabilidade Social do Ciesp, Vitor Seravalli, “muitas instituições e empresas já mostram evidências da competência da sustentabilidade em seus negócios”.

André Oliveira, presidente da Rede Brasil do Pacto Global, parabenizou e agradeceu à Fiesp e ao Ciesp pela “iniciativa de promover debates de altíssimo nível”. Completando, Barbara Dunin, assessora da Rede Brasileira do Pacto Global, apresentou como o Pacto Global tem trabalhado a agenda de ODS e o papel das empresas.

Na sequência, Cristiana Pereira, diretora da B3, falou sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), um índice que mede o retorno médio de uma carteira teórica de ações de empresas de capital aberto e listadas na B3 com as melhores práticas em sustentabilidade. Haruo Ishikawa, vice-presidente de Relações Capital – Trabalho e Responsabilidade Social do SindusCon – SP e Luiza Lorenzetti, que atua na área de Sustentabilidade e Inovação da Abit/Sinditêxtil abordaram o papel e o compromisso das entidades do setor produtivo. Emiliano Graziano, gerente de Sustentabilidade para a América Latina – Basf, Lena Peron, da indústria de cosméticos Feito Brasil, e Raquel da Cruz, da Feitiços Aromáticos trouxeram suas experiências ilustrando o compromisso das empresas brasileiras com o tema.

Agência Indusnet Fiesp – editado.

### **Semana de Meio Ambiente no interior**

#### **DR Guarulhos**

Os representantes do DMA participaram da Semana de Meio Ambiente da empresa Soluções USIMINAS, unidade Guarulhos, onde ministraram palestras abordando as questões relativas ao Consumo Consciente e Sustentabilidade como uma estratégia para minimizar os impactos ambientais nas indústrias.

#### **DR Jacareí**

Durante as atividades da Semana Integrada de Meio Ambiente/2017 do município de Jacareí, a Diretoria Regional do CIESP de Jacareí realizou em sua sede debate sobre o tema “Licenciamento e Compensação Ambiental”, apresentado pelo Gerente da Agência Ambiental da CETESB de São José dos Campos, Marcus Vinícius P. da Cunha, destacando os procedimentos administrativos aplicados ao licenciamento ambiental e os critérios técnicos para a aplicação da compensação ambiental, quando necessário.

## Aconteceu

## FIESP debate segurança hídrica do Estado de São Paulo para o período de seca

Secretário Benedito Braga detalha planos até 2050 para garantir abastecimento



Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

O Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp (Cosema) debateu o enfrentamento da crise hídrica e o abastecimento de água no período de seca que se inicia, com um convidado especial: Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, secretário de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos e também presidente do Conselho Mundial da Água.

De acordo com o secretário, a água conecta os assentamentos humanos, a sociedade, com impacto na saúde pública, nos meios de produção de alimentos, como propulsor da economia e da geração de energia, impulsionando o desenvolvimento da indústria e do comércio mantendo o meio ambiente equilibrado.

Em uma retrospectiva da crise 2014/2015, Braga destacou a seca mais severa nos últimos 84 anos e com probabilidade de ocorrer a cada 250 anos enquanto os estudos climatológicos àquela época indicavam situação de normalidade.

Do sistema Cantareira e seus quatro reservatórios, com capacidade de 986 milhões de m<sup>3</sup>, vem 50% do abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) onde habitam 22 milhões pessoas. O sistema hídrico integrado – composto por oito mananciais – tem potencial de 75,5 m<sup>3</sup>/s e disponibilidade hídrica 95% do tempo. Durante a crise houve redução de 55% na produção de água (fevereiro de 2014 a agosto de 2015).

Para enfrentamento da crise, uma das principais ações realizadas, foram as obras de interligação dos vários sistemas. Assim, as áreas abastecidas pelo Cantareira passaram a ser atendidas pelo Alto Tietê (AT) e Guarapiranga (6,6 m<sup>3</sup>/s de transferência de água entre os sistemas), além da utilização do volume morto e obras emergenciais. Essas ações se somaram à intensificação do combate a perdas/redução da pressão e programas de bônus e ônus entre os usuários.

Na avaliação do secretário, a população atendeu ao apelo de economizar água o que resultou na redução de 27% no consumo, na RMSP, e esse bônus se prolongou com a mudança de hábito de todos.

“O governo se esforçou para aumentar a segurança hídrica”, afirmou Braga. Entre as ações de médio prazo para 2016-2018, citou reforço no Cantareira, de 5,1 m<sup>3</sup>/s captado no reservatório do Jaguari (Paraíba do Sul) além das transposições do rio Itapanhaú e do São Lourenço. Houve também a recomposição de algumas adutoras e a utilização de membranas ultrafiltrantes, para ampliar a capacidade de tratamento.

Nas ações de longo prazo, trabalhando-se para o ano 2050, será necessário realizar o detalhamento de alternativas estruturantes do Plano da Macrometrópole (reversão do Alto Paranapanema a partir da represa Jurumirim), e estão sendo feitos inventários hidrológicos. Além da gestão da demanda, mais controle de perdas, incentivo ao reúso com o apoio do sistema Aquapolo Ambiental, com ênfase em edifícios e condomínios com a individualização das unidades, e sistemas tarifários incentivadores.

Agência Indusnet Fiesp-editado.

## **Câmara Ambiental debate, na FIESP, áreas contaminadas e licenciamento ambiental**

No encontro da CAIP, também foi apresentado case da Vorax, que utiliza tecnologia térmica

Quando da instalação da Câmara Ambiental da Indústria Paulista (CAIP) em 2002, houve aproximação e melhor entendimento de que o respeito e a preservação do meio ambiente é uma responsabilidade de todos, na avaliação do senador italiano Fausto Longo que presidiu a reunião. “O problema ambiental é grave e delicado, mas as pessoas hoje dialogam para a superação dos problemas e não há tantos embates”, disse.

Na CAIP, um dos temas tratados, áreas contaminadas, teve como foco a discussão da Decisão de Diretoria da Cetesb nº 38 e das Resoluções nºs 10 e 11 da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo. Essas determinações dispõem sobre a elaboração das regiões prioritárias para a identificação de áreas contaminadas e sobre a relação das atividades potencialmente geradoras dessas áreas.

Outro tema debatido foi a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que objetiva definir parâmetros gerais que deverão ser cumpridos por empreendedores no caso de obras com risco ambiental. A medida não exclui a competência de Estados e municípios na elaboração de normas específicas para que o licenciamento se adapte à realidade local.

Houve a apresentação de case de tratamento de resíduos do equipamento Vorax – sistema compacto UTR Duo Therm, capaz de processar resíduos sólidos de qualquer classe. O case foi apresentado por Luís Namura, engenheiro eletrônico, para quem lixo é uma palavra “equivocada”, pois o que se reutiliza não pode ser chamado de lixo.

Agência Indusnet Fiesp- editado.

## **Ações Regionais e Setoriais**

---

Os DMAs Fiesp e Ciesp promovem diversas ações e engajamento do setor industrial paulista por meio das 42 Diretorias Regionais (DRs) do Ciesp e de seus Grupos de Meio Ambiente (GMA). Veja a seguir as principais ações ocorridas no último mês.

### **DR Botucatu**

Reunião do Grupo de Meio Ambiente com ex Secretário de Meio Ambiente de Lençóis Paulista, Benedito Luiz Martins, sobre desenvolvimento e gestão ambiental integrado. Também foi abordado o papel das empresas para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A reunião contou ainda com espaço para associados do CIESP apresentarem suas boas práticas.

### **DR Limeira**

O DMA participou do encontro de negócios realizado pelo CIESP/Limeira, realizando diversos atendimentos na área ambiental aos presentes e divulgando os produtos e serviços dos departamentos.

### **DR Marília**

Reunião do grupo do meio ambiente em que a Supervisora de Gestão Ambiental da Dori Alimentos S/A, Marcia Cavacchioli, fez uma apresentação sobre gestão de produtos químicos controlados pela Polícia Federal e Civil, abordando a rotina e procedimentos para atender esse requisito legal regido pela Lei Federal nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001.

**DR Campinas**

Reunião do Grupo de Meio Ambiente para discutir a situação dos mananciais da região, a nova outorga do Sistema Cantareira e as atualizações quanto ao Plano de Redução de Fontes Estacionárias - PREFE/CETESB.

**Rodada de Negócios do Ciesp**

Foram realizadas rodadas de negócios em Jundiaí e Bragança Paulista, com a participação do DMA, por meio da divulgação do Monitore e demais serviços dos departamentos.

**Atualiza-se**

## **Menos burocracia e maior agilidade são resultados esperados com as novas regras para obtenção de outorga de recursos hídricos**

O Departamento de Águas e Energia Elétrica publicou em Maio a Portaria DAEE nº 1.630, em substituição da Portaria nº 717/1996, alterando os procedimentos técnicos e administrativos para obtenção de manifestação e outorga em recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.

**Dentre as principais alterações, destacam-se:**

- i) Dispensados de outorga, porém obrigados a cadastro- serviços de desassoreamento, proteção de leito, canalizações de curso d'água com seção transversal de contorno fechado.
- ii) Renovação de outorga automática- cumpridos os requisitos para a renovação, se até 30 dias após a data de término de validade da outorga, o DAEE não se manifestar expressamente a respeito do pedido de renovação, a outorga será renovada automaticamente.
- iii) Declaração de viabilidade de uso e interferência- substitui a autorização para implantação de empreendimento, será emitida pela Diretoria da Bacia.
- iv) Requerimentos concomitantes- a solicitação de licença de execução deverá ocorrer concomitante ao da respectiva outorga de direito de uso de água subterrânea.
- v) Cumprimento de condicionantes- poderão ocorrer após emissão da outorga, em prazo estabelecido pelo DAEE.
- vi) Substituição de fontes existentes- se não configurar ampliação, estão dispensadas da obtenção da declaração de viabilidade de implantação de empreendimento
- vii) Transferência de outorga- poderá ocorrer mediante requerimento pelo novo interessado no direito de uso ou interferência.
- viii) Prazo para resposta a requerimentos- o DAEE terá um prazo de 120 dias.

Foram ainda publicadas um conjunto de Instruções Técnicas referentes aos procedimentos para obtenção de outorga (documentos disponíveis no site do DAEE), bem como Portarias que revogam as normas até então aplicáveis para o tema, trazendo novas regras para outorga, as quais estão em vigor desde 01 de julho de 2017. Descrição no quadro desta matéria.

Veja a seguir a relação das normas que serão revogadas e por quais serão substituídas.

ANTES	EM VIGOR	ASSUNTO
Portaria DAEE nº 2.292/2006	Portaria DAEE nº 1.631/2017	Enquadramento de usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e reservatórios de acumulação
Portaria DAEE nº 2.850/2012	Portaria DAEE nº 1.632/2017	Isenção de outorga para interferências em recursos hídricos decorrentes de obras e serviços relacionados às travessias aéreas ou subterrâneas
Portaria DAEE nº 54/2010	Portaria DAEE nº 1.633/2017	Isenção de outorga e de declaração de dispensa de outorga para interferências em recursos hídricos
Portaria DAEE nº 2.069/2014	Portaria DAEE nº 1.634/2017	Utilização de recursos hídricos, provenientes de rebaixamento de lençol freático em edificações e obras de construção civil
Portaria DAEE nº 2.434/2014	Portaria DAEE nº 1.635/2017	Utilização de recursos hídricos subterrâneos, provenientes de processos de remediação em áreas contaminadas
Nova	Portaria DAEE nº 1.636/2017	Solicitação de dispensa de outorga



### **Clique no link**

[http://www.daae.sp.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1631%3Anovo-portal-de-outorgas&catid=72%3Anovo-portal-de-outorgas&Itemid=79](http://www.daae.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1631%3Anovo-portal-de-outorgas&catid=72%3Anovo-portal-de-outorgas&Itemid=79)

## A contribuição do setor produtivo paulista para o alcance dos ODS

Em 2015, líderes de governo e de estado reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovaram, por consenso, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.



Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

A Agenda traz 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2030, conhecidos desde então como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma continuação ampliada dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a partir dos quais foram complementados para responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Cada ODS possui metas a serem alcançadas, e cada meta indicadores. Os 17 ODS totalizam 169 metas.

A implementação de ações para o alcance dessas metas requer o fortalecimento de instituições, de governanças nacionais e subnacionais, a mobilização de recursos financeiros acessíveis, inovações tecnológicas, consumo sustentável, melhoria de infraestrutura de cidades, programas de capacitação, entre outros. Ou seja, a mobilização do setor público, privado, sociedade como um todo.

Somente mediante essa mobilização é que podemos tornar as ODS tangíveis e implementáveis. O setor industrial destaca-se como agente importante e estratégico nesse cenário, por sua capacidade de inovação, geração de conhecimento e boas práticas.

A Fiesp e o Ciesp são facilitadores desse processo, auxiliando o setor na gestão ambiental e de processos, visando sua sustentabilidade, manutenção da competitividade e melhoria da qualidade ambiental, por meio do fomento ao conhecimento nesta agenda, promoção de debates, publicações, atuação em fóruns da sociedade civil, premiação de boas práticas ambientais e sociais, entre outros.

Entretanto, um desafio que ainda se coloca para o avanço dos ODS no setor é o entendimento de como relacioná-los de forma prática com as atividades da empresa.

Assim, comprometidos com a facilitação dessa Agenda no Brasil e com o engajamento de cada vez mais atores, iniciamos uma nova ação a partir desta edição do Informe Ambiental: uma seção destinada a divulgar os ODS de forma simples, trazendo boas práticas de indústrias e relacionando-as com os ODS e suas metas.

Com os indicadores dos projetos inscritos nos Prêmios do departamento, será possível entender que toda boa prática tem impactos positivos no meio em que a empresa está inserida. Além disso, ao longo dos meses, será contabilizado o impacto acumulado dos cases apresentados, mostrando que a soma de esforços é o melhor caminho para alcançarmos o desenvolvimento sustentável.

Para inaugurar esta seção, trazemos o case da vencedora do Prêmio Mérito Ambiental de 2016.

### **Empresa: Honda Automóveis do Brasil**

### **Projeto: Eficiência energética da fábrica da Honda Automóveis do Brasil**

O projeto Eficiência Energética realizado na planta de Sumaré proporcionou à Honda o prêmio na categoria Média e Grande, por meio da redução de consumo de energia elétrica nos departamentos de pintura de chassis e dos compressores de ar.

A alteração realizada no processo de pintura ocorreu no sistema de motores e queimadores da cabine de "Top Coat" (aplicação de cor e verniz nas partes internas e externas da carroceria). Durante o período improdutivo 169 motores e 2 queimadores, que antes eram mantidos ligados por 24 horas, passaram a ser desligados, acionando-se o modo de economia.

Outra ação implantada foi a interligação do sistema de 18 compressores de ar dos de três prédios da planta, com o sistema de ar comprimido fechado em anel, melhorando o fluxo de ar comprimido e mantendo a pressão do ar balanceada. Como resultado das ações nos dois sistemas, de pintura e de compressores de ar, houve a economia de energia e redução da emissão de CO<sub>2</sub>.

#### **ODS relacionadas a esse projeto :**

#### **Indicadores desse projeto:**

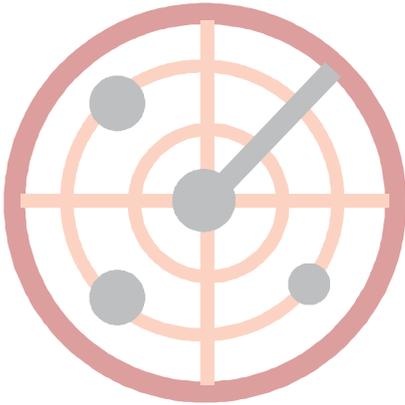


Economia de 843 MWh/ano

Redução de 105 toneladas na emissão de CO<sub>2</sub>

Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

## No radar



# 188

## Representações em Fóruns/Colegiados

Acompanhe os principais temas em pauta nos diversos colegiados ambientais dos quais os DMAs Fiesp e Ciesp participam, defendendo os interesses do setor industrial paulista.

### Licenciamento ambiental

#### Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Reunião para apreciação do EIA/RIMA das Obras de Implantação da Central de Tratamento e Destinação de Resíduos-CTDR Adamantina e da 2ª Etapa das Obras de Prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083) segmento entre a Rodovia dos Bandeirantes (SP-348) e a Rodovia Santos Dumont (SP-075). Na ocasião também foi apresentada Decisão de Diretoria CETESB nº 210/2016/I/C, de 28/09/2016, que disciplina o licenciamento ambiental de instalações portuárias no Estado de São Paulo.

### Área de proteção

#### Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Reunião da Comissão Temática de Atividades Imobiliárias e Projetos Urbanísticos em que foram discutidos os procedimentos aplicados pela CETESB para intervenção em APP urbana.

Reunião da Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas, em que foi discutido o Relatório Final do Plano de Manejo da Floresta Estadual Serra D'Água – FESEDA e aprovadas as recomendações constantes no Relatório Final sobre o 1º Relatório do Grupo Técnico Intersecretarias sobre espécies exóticas com potencial de invasão.

#### Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

Reunião do Grupo de Trabalho da Serra da Mantiqueira em que foram apresentadas as informações referentes à mineração na área de estudo do GT, levantada pelo Comin/Fiesp.

### Emissões atmosféricas

#### Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)

Reunião do Grupo de Trabalho de Qualidade do Ar para debater proposta de Revisão da Resolução CONAMA 03/1990. O setor industrial apresentou proposta de revisão, com base em discussões realizadas no GT-Emissões da Fiesp, destacando a importância da estruturação do Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar. Estruturado com instrumentos baseados em critérios técnicos e estudos para a avaliação de eficácia do programa a cada quatro anos, considerando a proporcionalidade de emissões de fontes fixas e móveis, como premissa para assim definir a manutenção ou migração de padrões intermediários, até se chegar ao padrão final definido pela OMS.

#### Conselho Temático de Meio Ambiente e Sustentabilidade Regional Sul-Sudeste da CNI

Reunião sediada na Fiesp para discussões sobre os Padrões de Qualidade do Ar e a revisão da Resolução Conama 03/1990 em curso. Também foi apresentada Experiência do Estado de São Paulo com proposta de Desoneração da Logística Reversa.

### Recursos hídricos

#### Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Reunião da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS – CRH) para discutir a agenda de trabalho, considerando as metas estabelecidas no Plano Estadual de Recursos. Além deste tema, foi discutido o relatório "Nitrato nas águas subterrâneas: desafios frente ao panorama atual", elaborado pelo Grupo de Trabalho GT-Nitrato. Nesta oportunidade, o representante da Fiesp/Ciesp sugeriu alterações no

documento tendo em vista as regulamentações e normativas existentes relativas à gestão da qualidade para fins de consumo humano, bem como a outorga de direito de uso.

### **Ministérios das Cidades**

Reunião sobre o Programa de Incentivo ao Reuso em que foram apresentadas experiências internacionais, fontes de financiamento e os desafios da regulação do tema, ainda em andamento no Brasil. A FIESP defende regras que incentivem o reuso e permitam o livre acordo entre produtores e consumidores de água de reuso.

## Áreas contaminadas

---

### **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**

Reunião do Grupo de Comunicação de riscos de áreas contaminadas para continuidade à discussão do conteúdo mínimo da norma de Plano de Comunicação de Risco para áreas contaminadas.

## Gestão empresarial ambiental

---

### **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**

Reunião da Comissão de Estudo Especial de Compras Sustentáveis (CEE277) em que se decidiu sobre a recomendação da CEE para a adoção da ISO 20400 como norma brasileira, e o consequente envio do Projeto da norma à consulta nacional.

## Comitê de bacia

---

### **Restrições de uso**

O Comitê Piracicaba, Capivari e Jundiá reuniu-se para análise das demandas efetivas das captações superficiais outorgadas, com equipamento medidor de volumes, sujeitas às condições da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 50/2015, que estabelece regras de restrições de uso da água nas bacias dos rios Jaguari, Camanducaia e Atibaia.

### **FEHIDRO**

Os Comitês Sapucaí-Mirim/Grande, Sorocaba e Médio Tietê, Alto Tietê, Baixada Santista, Turvo/Grande, Mogi Guaçu, Marília, Paraíba do Sul, Paranapanema e Pardo reuniram-se para análise das propostas de financiamento do FEHIDRO/2017.

Durante a reunião do Comitê Sorocaba e Médio, O DMA

esclareceu que somente podem ser feitas as verificações se os projetos estão enquadrados nos Programas de Duração Continuada previstos na deliberação da cobrança pelo uso da Água.

A Câmara Técnica de Gestão de Investimentos (CTGI) do Alto Tietê reuniu-se para acompanhamento dos esclarecimentos e as informações apresentadas pelo Agente Técnico IPT e pelo Tomador EMPLASA sobre o andamento do Estudo-Mapeamento Sistemático e Temático de Uso e Ocupação do Solo da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e da Região Metropolitana de São Paulo.

### **Plano de trabalho**

O Comitê Alto Tietê reuniu-se para análise e aprovação do plano de trabalho elaborado pela Câmara Técnica de Planejamento e Articulação (CTPA), para o ano de 2017.

### **Plano de Bacia**

O Comitê Alto Tietê, reuniu-se para discussão das propostas do Consórcio COBRAPE/JNS, visando a elaboração do Plano de Bacia.

Os Comitês do Turvo/ Grande, Pardo e Piracicaba, Capivari e Jundiá reuniram-se para avaliação das metas e ações do Plano de Bacia.

### **Relatório de Situação**

Os Comitês da Baixada Santista e do Pardo e Baixo Pardo/Grande reuniram-se para análise do conteúdo do Relatório de Situação 2017.

Sorocaba e Médio Tietê - reunião para Manifestação sobre o Relatório de Situação e sobre a revisão dos Planos de Ação de Gestão de Recursos Hídricos da UGRHI, Plano de Investimentos dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água e adequação do Plano de Aplicação da fonte compensação financeira.

### **Eleições**

O Comitê do Paranapanema elegeu o Coordenador do GT-IES Grupo de Trabalho das Instituições de Ensino Superior do CBH.

### **Outorga**

Os Comitês Piracicaba Capivari e Jundiá reuniu setor produtivo para informações sobre novas resoluções de outorga do Sistema Cantareira nas bacias desses comitês.

## Avisos

### **CONSULTA PÚBLICA DO DOCUMENTO-BASE PARA SUBSIDIAR OS DIÁLOGOS ESTRUTURADOS SOBRE A ELABORAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO E FINANCIAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA DO BRASIL AO ACORDO DE PARIS**

A título de insumo inicial elaboração de uma Estratégia Nacional para a Implementação e o Financiamento da NDC do Brasil ao Acordo de Paris, produziu-se, no contexto de um projeto de consultoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um documento-base, com a finalidade de subsidiar a elaboração de estratégia de implementação. O documento visa, unicamente, servir de base para as discussões e não representa a posição do Ministério do Meio Ambiente, nem antecipa o conteúdo da Estratégia Nacional que deverá resultar desse processo. O documento encontra-se disponível para consulta no endereço [http://www.mma.gov.br/clima/ndc-do-brasil\\_bem\\_com\\_o\\_formulario\\_para\\_envio\\_de\\_comentarios](http://www.mma.gov.br/clima/ndc-do-brasil_bem_com_o_formulario_para_envio_de_comentarios).

Considerando a importância de uma ampla participação da sociedade, apesar de já terem sido recebidas importantes contribuições de diversas entidades, o prazo para envio de contribuições termina no dia 30 de julho de 2017. Essas contribuições serão consolidadas para discussão nas Câmaras Temáticas durante o processo de Diálogos Estruturados.

Fonte: MMA – editado.

### **CONSULTA PÚBLICA SOBRE ENQUADRAMENTO DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS - - CTF/IBAMA**

O Ibama abriu consulta pública sobre projeto de revisão do enquadramento das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais do [Cadastro Técnico Federal \(CTF/APP\)](#). [O objetivo é receber contribuições que permitam aperfeiçoar a regulamentação sobre o tema.](#)

Uma Instrução Normativa (IN) do Ibama regulamentará o enquadramento das atividades no CTF/APP. As especificações relacionadas a cada atividade, assim como as normas que incidem sobre elas, serão detalhadas em 200 fichas técnicas que serão publicadas como anexo da IN e servirão como referência oficial.

O prazo para o envio de comentários e sugestões pode ser feito até 31 de julho de 2017.

A consulta está disponível no endereço <http://www.ibama.gov.br/consultas/consulta-publica>.

Fonte: Ibama - editado.

*Recomendamos que a empresa que se interessar em participar da consulta pública procure os seus sindicatos patronais e/ou as associações de classe para alinhamento da estratégia de participação de forma célere e efetiva.*

## Eventos

Veja os eventos dos quais os DMAs Fiesp e Ciesp participaram no último mês.

### **Câmara de Comércio França-Brasil**

Evento em que foi realizada apresentação da Decisão de Diretoria 38 que trata do gerenciamento de áreas contaminadas pelo representante da Cetesb. No evento foi possível conhecer a visão do órgão ambiental sobre alguns pontos do documento.

### **2º Workshop “Diálogos de Financiamento Climático**

Promovido pela Rede Brasileira do Pacto Global, cujo principal objetivo foi facilitar o acesso de empresas e organizações aos recursos financeiros voltados às mudanças.

## Mudança do clima

Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017  
Promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016.

Decreto s/nº, de 22 de junho de 2017  
Altera o Decreto de 2 de julho de 2008, que cria o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

Resolução ANEEL nº 768, de 23 de maio de 2017  
Altera a Resolução Normativa nº 414/2010, para aprimorar os critérios de classificação das unidades consumidoras.

## Recursos hídricos

Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 925, de 29 de maio de 2017  
Dispõe sobre as condições de operação para o Sistema Cantareira - SC, delimitado, para os fins desta Resolução, como o conjunto dos reservatórios Jaguari-Jacaré, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro.

Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926, de 29 de maio de 2017  
Outorga à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP o uso das vazões máximas médias mensais do Sistema Cantareira, para fins de abastecimento público, utilizando e interferindo em recursos hídricos.

## Área de proteção

Portaria ICMBio nº 350, de 19 de maio de 2017  
Aprova o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Tupinambás e Refúgio de Vida Silvestre do Arquipélago de Alcatrazes, localizados no Estado de São Paulo.

Portaria MMA nº 187, de 19 de maio de 2017  
Institui de Grupo de Trabalho sobre Gestão Compartilhada de unidades de conservação de uso sustentável federais.

Portaria MMA nº 201, de 31 de maio de 2017  
Institui Grupo de Trabalho para avaliar e recomendar ações de conservação e uso sustentável para as espécies listadas no Anexo I da Portaria 445, de 17 de dezembro de 2014, que trata da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos".

## Fiscalização

Portaria MTE nº 790, de 9 de junho de 2017  
Altera a Norma Regulamentadora nº 34 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção e Reparação Naval.

## Licenciamento ambiental

Instrução Normativa Ibama nº 7, de 14 de junho de 2017  
Estabelece procedimentos para a celebração de termo de compromisso para cumprimento da parte incontroversa da compensação ambiental, devida no âmbito dos processos de licenciamento ambiental de competência do Ibama, até que haja manifestação jurídica conclusiva da Advocacia-Geral da União acerca do índice de atualização monetária a ser aplicado.

### Projetos de Lei

#### Área de proteção

PLS nº 160/2017 - Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de unidades de conservação federais.

## Projetos de Lei

PLs nº 7927/2017 e 7916/2017 - Alteram a Lei nº 12.651/12, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, reclassificando os apicuns e salgados como Área de Preservação Permanente (APP).

### Mudança do clima

PL nº 7888/2017 - Altera a Lei nº 12.187/09, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), tratando da adoção das metas de mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

PL nº 7991/2017 - Altera a Lei nº 9.991/00, para priorizar a aplicação de recursos de pesquisa e desenvolvimento em projetos de geração de energia elétrica através da instalação de painéis solares no mar e em reservatórios de usinas hidrelétricas.

### Recursos hídricos

PL nº 7903/2017 - Dispõe sobre a utilização parcial de

água de reuso para fins não potáveis pelo Poder Público Federal.

PL nº 7906/2017 - Altera a Lei 9.433/97, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001/90, que modificou a Lei nº 7.990/89, para dispor sobre o reuso de água.

### Gestão ambiental

PLS nº 159/2017 - Altera a Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para estabelecer direitos e salvaguardas à natureza entre os princípios e objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.

## Diplomas legais recentes - Estadual

### Gestão ambiental

Decreto nº 57.718, de 5 de junho de 2017  
Cria a Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Resolução SMA nº 44, de 5 de junho de 2017  
Estabelece procedimentos operacionais e os parâmetros de avaliação para as Pré-certificações de junho e setembro, no âmbito do Programa Município VerdeAzul, para o exercício de 2017.

Resolução Conjunta SSP/SEM nº 1, de 22 de junho de 2017

Constitui Grupo de Trabalho para a realização de estudos para combate de delitos praticados em dutos de petróleo e gás.

Portaria CFA nº 6, de 2 de junho de 2017  
Dispõe sobre os locais para realização do Atendimento Ambiental, disposto na Seção II, do Capítulo II, do Decreto 60.342, de 04/04/2014, do Estado de São Paulo.

### Fiscalização

Decreto nº 57.731, de 8 de junho de 2017  
Introduz alterações nos artigos 10 e 28 do Decreto nº 54.421, de 3 de outubro de 2013, que regulamenta o procedimento de fiscalização ambiental no Município de São Paulo.

### Resíduos sólidos

Resolução SMA nº 36, de 23 de maio de 2017  
Estabelece as diretrizes gerais para a caracterização e disposição terrestre de material dragado do leito dos corpos d'água.

Resolução SMA nº 38, de 31 de maio de 2017  
Estabelece diretrizes e condições para o licenciamento e a operação da atividade de recuperação de energia proveniente do uso de Combustível Derivado de Resíduos Sólidos Urbanos - CDRU em Fornos de Produção de Clínquer.

## Biodiversidade

---

Resolução Conjunta SES/SMA/SAA nº 1, de 14 de junho de 2017

Institui Grupo de Trabalho Intersecretarial para elaborar Plano de Contingência voltado ao enfrentamento integrado de florações de algas tóxicas no litoral paulista, e dá providências correlatas.

## Área de proteção

---

Resolução SMA nº 46, de 8 de junho de 2017

Dispõe sobre as análises dos cadastros ambientais rurais e de eventuais passivos ambientais, enquanto o Programa de Regularização Ambiental - PRA estiver pendente de implementação no Estado de São Paulo.

Portaria CATI nº 26, de 25 de maio de 2017

Define as práticas elegíveis, bem como os procedimentos, o modelo de projeto executivo e a documentação necessária para a operacionalização do Projeto Recuperação de Matas Ciliares, Nascentes e Olhos D'água.

## Licenciamento

---

Portaria SMPR nº 29, de 15 de junho de 2017

Aprova modelos de requerimento, formulário e declaração que especifica e necessários para instrução dos pedidos de Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos considerados de baixo risco.

Portaria SVMA nº 52, de 7 de junho de 2017

Dispõe sobre a publicação no DOC, em intervalos quinzenais e apenas por meio digital, dos anúncios padronizados de solicitação da Licença Ambiental

Prévia (LAP)/ Licença Ambiental de Instalação (LAI); Licença Ambiental de Operação (LAO); LAP/LAI/LAO, renovação de LAO e regularização de LAO, para as atividades sujeitas ao licenciamento ambiental municipal listadas na Deliberação Normativa CONSEMA 01/2014

Comunicado Consema S/Nº, de 26 de maio de 2017

Comunicado de comprovação de capacitação para exercer as competências administrativas do licenciamento ambiental municipal - Município de Álvares Machado.

## Recursos hídricos

---

Resolução Conjunta SES/SMA/SSRH nº 1, de 28 de junho de 2017

Disciplina o reúso direto não potável de água, para fins urbanos, proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário e dá providências correlatas.

Portaria DAEE nº 1.615, de 26 de maio de 2017

Autoriza a Votorantim Cimentos S/A a utilizar recursos hídricos para fins de atendimento sanitário, no Município de Araraquara - SP.

Portaria DAEE nº 1.630, de 30 de maio de 2017

Dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa para obtenção de manifestação e outorga de direito de uso e de interferência em recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.

Portaria DAEE nº 1.631, de 30 de maio de 2017

Aprova as regras e as condições para o enquadramento de usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e reservatórios de acumulação que independem de outorga.

Portaria DAEE nº 1.632, de 30 de maio de 2017

Aprova as regras e os critérios que disciplinam a isenção de outorga para interferências em recursos hídricos decorrentes de obras e serviços relacionados às travessias aéreas ou subterrâneas em corpos d'água de domínio do Estado de São Paulo.

Portaria DAEE nº 1.633, de 30 de maio de 2017

Dispõe sobre procedimentos para isenção de outorga e de declaração de dispensa de outorga para

interferências em recursos hídricos em corpos d'água de domínio do Estado, em situações de emergência, assim caracterizados pela Defesa Civil.

Portaria DAEE nº 1.634, de 30 de maio de 2017

Aprova os procedimentos e o Anexo que disciplinam a utilização de recursos hídricos, provenientes de rebaixamento de lençol freático em edificações e obras de construção civil.

Portaria DAEE nº 1.635, de 30 de maio de 2017

Aprova a Norma que disciplina a utilização de recursos hídricos subterrâneos, provenientes de processos de remediação em áreas contaminadas

Portaria DAEE nº 1.636, de 30 de maio de 2017

Dispõe sobre condições administrativas para protocolo e tramitação de requerimentos de cadastros e de outorgas de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos, de domínio do Estado de São Paulo.

Portaria DAEE nº 1.671, de 1º de junho de 2017

Autoriza a Fibria Celulose S/A a utilizar e interferir em recursos hídricos para fins de irrigação, calda Herb, incêndio, lavagem de maq, e umectação de vias, no Município de Itapeva – SP.

Portaria DAEE nº 1.764, de 9 de junho de 2017

Autoriza a Petrobras Transporte S/A (Transpetro) a utilizar recursos hídricos para fins de atendimento sanitário e industrial, no Município de São Caetano do Sul - SP.

Portaria DAEE nº 1.802, de 14 de junho de 2017

Autoriza a Petrobras Transporte S/A (Transpetro) a utilizar recursos hídricos para fins de atendimento sanitário, no Município de Ribeirão Preto - SP.

Portaria DAEE nº 1.844, de 20 de junho de 2017

Autoriza a International Paper do Brasil Ltda. a utilizar recursos hídricos para fins de atendimento sanitário, irrigação e combate a incêndio, no Município de Casa Branca - SP.

Portaria DAEE nº 1.849, de 20 de junho de 2017

Autoriza a International Paper do Brasil Ltda. a utilizar recursos hídricos para fins de irrigação e combate a incêndio, no Município de Mogi Guaçu - SP.

Portaria DAEE nº 1.857, de 20 de junho de 2017

Autoriza a Fibria Celulose S/A a utilizar recursos hídricos para fins de irrigação, umectação de vias, caldo de capina química, sistema de combate a incêndio e lavagem de equipamentos, no Município de Areias - SP.

Deliberação CRH nº 203, de 14 de junho de 2017

Aprova o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH 2016-2019.

Deliberação CBH-BS nº 325, de 13 de junho de 2017

Aprova Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista de 2017, ano base 2016.

## Projetos de Lei

### Área de proteção

PL nº 212/2017 - Altera a Lei nº 4.095/84, que declara Área de Proteção Ambiental (APA), a região urbana e rural de Jundiáí.

### Recursos Hídricos

PL nº 232/2017 - Torna obrigatória aos prédios pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado, de

estarem conectados à rede de coleta e tratamento de esgoto.

### Resíduos sólidos

PL nº 493/2017 - Autoriza o Poder Executivo a adotar medidas compensatórias para os Municípios que promovam e invistam na coleta seletiva e na reciclagem dos resíduos urbanos.

## Serviços DMA

Além do Informe Ambiental e do Monitore, o DMA também oferece:

### Portal bolsa de resíduos

Cadastro que permite às empresas divulgarem gratuitamente as ofertas de compra e venda de resíduos industriais.



### Clique no link

<http://www.fiesp.com.br/servicos/bolsa-residuos-fiesp/>

### Cadastro eletrônico de prestadores de serviços

Banco de dados de prestadores de serviços, fabricantes e consultores na área de meio ambiente.

<http://www.fiesp.com.br/servicos/cadastro-eletronico-de-prestadores-de-servicos-ambiental/>



Além das obrigações ambientais que possuem prazos pré- definidos, existem outros prazos, aos quais as empresas devem estar atentas, pois variam de empresa para empresa.

Veja abaixo algumas dessas obrigações.

### Licença Ambiental

Monitore o prazo de validade da sua licença ambiental. A formalização do processo de renovação da licença de operação deve ser feita até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento da licença vigente (lembre-se que alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidos de licença prévia, de instalação e de operação).

### Condicionantes Ambientais

Monitore os prazos de cumprimento das condicionantes (monitoramento de efluentes, resíduos, emissões, ruídos, etc.). O atendimento às condicionantes deve ser comprovado ao órgão ambiental para garantir a validade da licença, bem como sua renovação. Além de penalidades impostas por autoridades competentes, o não cumprimento das condicionantes pode prejudicar a busca de financiamentos, linhas de créditos ou mesmo a relação comercial da empresa.

### Outorga de recursos hídricos

Caso a empresa possua outorga para uso de recursos hídricos, o prazo de validade, vazões captadas e lançadas em corpo receptor, também devem ser monitorados. O pedido de renovação da outorga deve ser protocolado em até 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento da outorga vigente.

## Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp. Circulação mensal.

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | [cdma@fiesp.com](mailto:cdma@fiesp.com) | [www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br)

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

**Para receber este e outros conteúdos sobre Meio Ambiente, é necessário que faça o cadastro através do link <http://www.fiesp.com.br/cadastro>.**